

OS RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO¹

THE RISKS OF SELF-MEDICATION

Cleiber Verano Lopes²
Gustavo Rodrigues Araújo³

Maria Lúcia Reque Migliorança⁴

RESUMO

A automedicação é definida como a forma de terapêutica leiga, se baseando no conceito do consumo de medicamentos para tratar e aliviar sintomas de doenças diagnosticadas pelo próprio paciente, sem orientação profissional. Ela vem se tornando cada vez mais uma prática presente na sociedade e se torna um fator preocupante, devido aos riscos que pode trazer. Quando os medicamentos são utilizados de forma incorreta, podem trazer a piora de uma doença, bem como esconder certos sintomas, podendo ocasionar alergias, dependência, intoxicação e até mesmo um aumento na resistência de alguns microrganismos, o que pode levar até a morte, em certos casos. A automedicação vem trazendo dificuldades para o campo da saúde, ocasionando aflição e agravamento na qualidade de vida, trazendo dificuldades aos profissionais da saúde para lidar com condições clínicas dos pacientes, muitas vezes tendo dificuldade para obter um diagnóstico correto. O objetivo deste estudo foi fazer, por meio de uma revisão de literatura, uma pesquisa sobre os riscos da automedicação e as estratégias que podem ser utilizadas para cessar essa prática, focando na importância da área farmacêutica nesse contexto. A partir deste estudo, conclui-se que os profissionais atuantes na área de farmácia têm grande importância na orientação dos indivíduos na hora da compra da medicação, indicando a forma correta de como ingeri-los com segurança.

Palavras-chave: automedicação; farmácia; riscos da automedicação; medicamentos.

ABSTRACT

Self-medication is defined as a form of lay therapy, based on the concept of consuming medications to treat and alleviate symptoms of diseases diagnosed by the patient themselves, without professional guidance. It has increasingly become a practice present in society and becomes a worrying factor, due to the risks it can bring. When medications are used incorrectly, they can worsen a disease, as well as hide certain symptoms, which can lead to allergies, dependence, intoxication and even an increase in the resistance of some microorganisms, which can lead to death,

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade FacMais de Ituiutaba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Farmácia, no primeiro semestre de 2024.

² Acadêmico do 10º Período do curso de Farmácia pela Faculdade FacMais de Ituiutaba. Email: cleiber.lopes@hotmail.com

³ Acadêmico do 10º Período do curso de Farmácia pela Faculdade FacMais de Ituiutaba. Email: gustavo.araujo@aluno.facmais.edu.br

⁴ Professora Orientadora. Mestre em Farmacologia. Docente da Faculdade FacMais de Ituiutaba. Email: marialucia.miglioranca@facmais.edu.br

in certain cases. Self-medication has brought difficulties to the health field, causing distress and worsening quality of life, making it difficult for health professionals to deal with patients' clinical conditions, often having difficulty obtaining a correct diagnosis. The objective of this study was to carry out, through a literature review, research on the risks of self-medication and the strategies that can be used to stop this practice, focusing on the importance of the pharmaceutical area in this context. From this study, it is concluded that professionals working in the pharmacy area have great importance in guiding individuals when purchasing medication, indicating the correct way to ingest them safely.

Keywords: self-medication; pharmacy; risks of self-medication; drugs.

1 INTRODUÇÃO

De forma comprovada, os medicamentos possuem uma função muito relevante para os indivíduos, tendo visto que melhoram a saúde e salvam vidas. De certo modo, o uso de medicamentos representa a maneira mais comum de terapia existente na sociedade. Porém, há estudos que demonstram que há a existência de problemas de saúde em que a origem está ligada ao emprego de fármacos. Essas circunstâncias acabam sendo agravadas devido a um fenômeno cada vez mais comum, a automedicação. Esse comportamento dos indivíduos é caracterizado pelo uso de medicamentos para autoadministrar o tratamento de quadros de cunho físico ou psicológicos por conta própria (Santos; Albuquerque; Guedes, 2022).

Há diversos fatores que ajudam nos efeitos adversos de medicamentos, entre eles estão a idade, a dose de medicamentos administrados, a presença de comorbidades, hábitos, vícios e o estado nutricional do indivíduo. Porém, fatores como a falta de informação ou orientação sobre o tratamento com o medicamento e o uso inadequado são os fatores principais para a causa de efeitos adversos (Sousa *et al.*, 2017).

O ato de se automedicar consisti na ingestão de medicamentos para aliviar sintomas, sem qualquer tipo de orientação médica no diagnóstico, acompanhamento no tratamento ou prescrição, tornando assim viável realizar o seguinte questionamento: quais seriam os riscos procedentes da automedicação e qual o papel do profissional farmacêutico para minimizar estes riscos?

O presente trabalho tem por objetivo avaliar os possíveis malefícios da automedicação e evidenciar a importância da atuação farmacêutica na prevenção e redução dos riscos desta prática. Estudos atuais apontam que metade dos

brasileiros tem o costume de se medicar por conta própria, sem acompanhamento de um profissional qualificado, logo, com um dado tão alarmante, um estudo mais aprofundado sobre os riscos desta prática se faz crucial, tendo em vista, as inúmeras consequências que a automedicação pode acarretar sem que haja o auxílio de um profissional da área (Cavalheiro; Ungari, 2020).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Automedicação

A automedicação é definida como uma forma comum de terapêutica leiga, baseada no consumo de medicamentos para tratar e aliviar sintomas de doenças que podem ser supostamente diagnosticadas pelo próprio paciente, ou também em busca de possibilitar o bem-estar psíquico, mesmo que não esteja relacionado por alguma doença clinicamente avaliada (Fonseca *et al.*, 2010).

No período de evolução humana, o homem sempre procurou por diversos recursos terapêuticos que trouxessem efetividade no tratamento de enfermidades ou alívio de seus sintomas, de início recorrendo à terapia com plantas medicinais, produções galênicas, remédios caseiros, e, com a evolução, através de medicamentos formulados por indústrias farmacêuticas (Cruz; Caramona; Guerreiro, 2015).

No Brasil, a automedicação teve início no período colonial, na época da colonização portuguesa. Os boticários eram responsáveis pela saúde, prescrevendo receitas sem embasamento científico para a população (Nunes, 2015). Após dois séculos, diversos brasileiros buscavam diretamente nas farmácias a solução para seus problemas de saúde, como dores de cabeça, hipertensão arterial e crises. Mas, longe de ser somente uma prática cultural, a automedicação causa a morte de muitas pessoas por ano no país (Automedicação [...], 2010).

A prática da automedicação pode ser definida como a aquisição de medicamentos sem receita, reutilização de sobras de medicamentos de tratamentos anteriores, compartilhamento de medicamentos com outros membros da família ou círculo social, prolongamento de um tratamento indicado pelo médico e utilização de antigas prescrições (Carvalho *et al.*, 2008).

No Brasil, não ocorre somente a automedicação com os chamados medicamentos de venda livre, os MIP (Medicamentos Isentos de prescrição), também conhecidos como OTC (*over the counter*), mas também com os medicamentos de uso intensivo e extensivo, tarjados preto e vermelho, tornando essa prática muito preocupante (Anvisa, 2007).

2.2 Motivações para a automedicação

Sendo considerado um problema multicausal, a automedicação é estimulada pela facilidade de se obter medicamentos, pelo fácil acesso através de compras na internet e por propagandas de marketing que impulsionam pessoas a comprarem medicamentos sem necessidade. Mas grande parte da população não sabe as consequências desagradáveis causadas pelo uso irregular de medicamentos (Dhamer *et al.*, 2012).

O custo e a dificuldade para se obter uma opinião médica, a limitação do poder prescritivo, o desespero e a angústia causados por sintomas ou pela possível aquisição de uma doença, a falta de regulamentação e fiscalização dos que vendem, aliado à falta de programas educativos sobre efeitos que muitas vezes não podem ser reparados após o uso de certos medicamentos e informações de medicações obtidas na internet ou em meios de propaganda são alguns dos motivos que desencadeiam as pessoas a usarem o medicamento mais próximo e de maior facilidade de acesso (Nóbrega *et al.*, 2015).

Até mesmo nas camadas privilegiadas da sociedade, em que há um maior acesso a serviços médicos particulares, a automedicação também tem espaço, havendo uma tendência para a busca de uma solução rápida para possíveis enfermidades, tendo como objetivo não interromper atividades cotidianas ou proporcionar um pronto retorno a elas. Os prejuízos mais observados causados pela automedicação incluem: atraso no diagnóstico e na terapêutica, gastos supérfluos, reações adversas ou alérgias e intoxicações (Sá, B.; Barros; Sá, O., 2007).

2.3 Grupos mais vulneráveis à automedicação

Segundo o estudo de Matos *et al.* (2018), o grupo mais vulnerável da população a realizar a automedicação são os adolescentes, uma vez que nessa fase

se dá início ao uso de anticoncepcionais, anorexígenos para perda de peso e anabolizantes, estando relacionados à busca pela perfeição corporal cobrada pela sociedade atual (Matos *et al.*, 2018).

2.4 Riscos da automedicação

A utilização indiscriminada de medicamentos sem a prescrição médica e sem diagnóstico prévio da doença pode aumentar ou mascarar o estado clínico do paciente, podendo causar várias reações, tais como: resistência a microrganismos, sangramentos digestivos, reações de hipersensibilidade, dependência, intoxicações medicamentosas, reações adversas a medicamentos, e até mesmo óbitos (Moraes *et al.*, 2015).

Ademais, é comprovada a dependência bacteriana (causada pelo uso de antibióticos) e fatores que propiciam processos inflamatórios crônicos e degenerativos devido ao uso desregrado de antiinflamatórios não esteróides (Soares, 2002).

É importante ressaltar que, em geral, os efeitos benéficos potenciais dos medicamentos são conhecidos no decorrer da sua pesquisa e comercialização. Porém, mesmo na época de iniciação dos primeiros antibióticos, a possibilidade de ocorrer reações adversas já aparecia. Todas as substâncias são tóxicas, não há sequer alguma que não seja venenosa. A posologia adequada é o que dá a diferença do remédio para o veneno (Melo; Ribeiro; Storpistis, 2006).

Com isso, quando utilizamos um medicamento de maneira incorreta, podemos trazer a piora de uma doença, levando em conta que seu uso pode esconder certos sintomas. Em relação aos antibióticos, o abuso desses produtos pode contribuir para o aumento da resistência de alguns microrganismos, trazendo o comprometimento à eficácia do tratamento. Além disso, pode causar reações alérgicas, dependência, intoxicação, e até a morte (Thompson; Davidow, 2013).

Sendo assim, sempre que ocorre a automedicação, existem diversos riscos de reações adversas. Vale ressaltar que ela constitui uma relevante dificuldade para o campo da saúde, trazendo aflição e agravamento da qualidade de vida, redução da confiança nos profissionais da saúde, necessidade de diagnósticos, exames e tratamentos adicionais, além de dificuldades em lidar com as distintas condições clínicas (Nascimento; Valdão, 2012).

2.5 Estratégias para minimizar a automedicação

Na década de 1960 houve o início da farmacovigilância, devido a reações adversas geradas pela administração de talidomida, um medicamento usado para combater enjoos durante a gestação, mas que causou inúmeras reações relacionadas à má-formação de crianças, cujas mães usaram o medicamento. Devido a esse excesso de casos de deformações, as autoridades sanitárias do mundo todo notaram que havia a necessidade de monitoração e avaliação dos problemas causados pelo uso desse medicamento (Silva; Prado, 2004).

A farmacovigilância é vista como um trabalho de acompanhamento pós-comercialização, que julga o desempenho dos medicamentos já inseridos no mercado e compartilha as informações por meio das vigilâncias sanitárias dos estados e municípios, sendo associada com a otimização da terapia medicamentosa e com o acompanhamento e monitoramento das Reações Adversas dos Medicamentos (RAMs). Nesse sentido, a farmacovigilância é considerada uma fase de importância no período pós-comercialização dos fármacos, podendo perceber, por meio de revisões contínuas, possíveis reações indesejadas dos fármacos (Junqueira *et al.*, 2011).

Este instituto está ligado diretamente ao cuidado e uso dos medicamentos, proporcionando benefícios aos pacientes e agindo na redução dos futuros efeitos indesejáveis e intoxicações, sendo de responsabilidade não só dos farmacêuticos, mas de toda a equipe de saúde e do próprio paciente. O farmacêutico pode ser um dos maiores divulgadores, por ser diretamente relacionado aos medicamentos, ou mesmo à equipe de enfermagem, devido a atuarem na administração dos medicamentos e acompanhamento dos pacientes (Silva; Prado, 2004).

A partir do início do século XX, a atuação do farmacêutico passou por três transformações que são definidas como: tradicional, de transição e desenvolvimento da atenção ao paciente. Nessa época, o farmacêutico era visto como um profissional de referência para a sociedade e tinha total poder sobre medicamentos. Tinha uma grande influência sobre todas as etapas do processo de medicação, na produção de medicamentos, em certos casos prescrevendo sem consulta médica e, no momento de dispensação, dava as orientações necessárias (Feitosa, 2006).

No decorrer dos tempos e com o avanço da indústria farmacêutica, há o início de um novo período, denominado de transição, em que o profissional passa a atuar como funcionário de uma drogaria, tendo seu principal objetivo a obtenção de lucro, deixando de lado seu papel de agente multiplicador de saúde. Já nos anos 1960, após ocorrer casos como o da Talidomida e outros vários, iniciou-se a prática da farmácia clínica e ações de farmacovigilância com uma maior conscientização a respeito do papel do farmacêutico, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do paciente, através de medidas preventivas educacionais ligadas ao uso racional de medicamentos e melhora do sistema de saúde (Feitosa, 2006).

As intervenções fundamentais para promover o uso racional de medicamentos são através da atenção farmacêutica. O profissional deve ter a atuação de promover benefícios ao paciente com cuidado, compromisso, valores éticos e habilidades na prestação da farmacoterapia, em busca de obter resultados terapêuticos baseados nos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos pacientes (Vinholes; Alano; Galato, 2009).

Para que ocorra o uso racional de medicamentos, é necessário que a concepção de medicamentos seja consolidada como instrumento de saúde e não como mercadoria (ENEFAR, 2013). O medicamento deve ser receitado de forma apropriada e de acordo com a eficácia e segurança comprovadas e aceitáveis. O fármaco necessita ser receitado de forma correta, na forma farmacêutica correspondente, com dosagem e período de duração da ministração, disponível a um preço acessível, correspondendo a critérios de qualidade exigidos, trazendo as condições corretas com a responsabilidade e com todas as informações para que seja cumprido a terapêutica prescrita da melhor maneira possível (Castro, 2000).

A partir dessas informações, é possível destacar a importância da humanização no atendimento pelo profissional farmacêutico, trazendo ao paciente a habilidade de seguir seu tratamento de forma correta, com acesso a todas as informações que são necessárias para promover seu bem-estar em um processo dinâmico de recuperação (ENEFAR, 2013).

É necessário salientar que os farmacêuticos são os únicos profissionais da saúde que têm o potencial para exercer a Atenção Farmacêutica no uso racional de medicamentos, devido a toda a sua bagagem de conhecimento acerca do medicamento estar direcionada, na base da sua formação acadêmica, ao bem-estar

físico, social e mental dos indivíduos, possibilitando uma visão humanizada do paciente que faz o uso do medicamento e serviço (ENEFAR, 2013).

É importante que o farmacêutico faça a intermediação da indústria a disseminar informações técnicas aos usuários e profissionais da saúde, fazendo a sua função de promover o uso correto de fármacos e a orientação e alerta sobre os riscos da automedicação e impropriedade da dispensação de medicamentos tarjados, da interrupção e da possibilidade de troca entre os elementos, sem que haja interferência no desenvolvimento da aplicação dos medicamentos prescritos (Vosgerau *et al.*, 2011). A automedicação precisa de uma partilha de responsabilidade, fazendo com que cada parceiro tenha um papel importante no desempenho dos trabalhos (INFARMED, 2010).

Na maioria das vezes, o farmacêutico é o profissional da área da saúde mais próximo ao usuário, se relacionando durante a escolha correta do medicamento e promovendo o alívio e tratamento dos seus sintomas. É seu dever aconselhar sobre as opções disponíveis e informar sobre a forma de utilização. Para que isso ocorra, é essencial que o profissional possua informações suficientes para avaliar corretamente o problema específico de cada usuário, sendo baseado em protocolos específicos para as patologias que possam ser tratadas através da automedicação (INFARMED, 2010).

Ademais, cabe aos médicos a promoção da informação sistemática aos pacientes a respeito dos riscos inerentes à automedicação. Todos os erros de medicamentos são potencialmente evitáveis, sendo, na maioria das vezes, causados por fadiga do profissional, falta de pessoal, má formação, superlotação dos serviços de saúde e repasse de informações errada aos pacientes (Silva, 2021).

É importante que a população entenda os riscos que podem passar ao se automedicar, seja comprando livremente nas farmácias os isentos de prescrição, ou seja, aqueles medicamentos indicados ou emprestados pelos amigos, vizinhos e parentes. Dessa forma, é defendido que o usuário deve consultar o farmacêutico de plantão sempre que entrar em um estabelecimento credenciado, nunca podendo tomar medicamentos sem a devida orientação desse profissional da área da saúde. Além disso, é importante não deixar que medicamentos de venda livre continuem sendo livremente utilizados sem qualquer tipo de orientação (Clavero, 2016).

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta revisão de literatura, utilizou-se de estudos considerados neste projeto através de uma busca detalhada nos bancos de dados pesquisados, dentre os quais: Pubmed e MEDLINE.

Os critérios de inclusão e exclusão foram: artigos disponíveis na íntegra, artigos em português e inglês, livros e periódicos. Os dados foram analisados e debatidos para a realização do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada dia, os medicamentos consistem em parte essencial da atenção à saúde. Não só promovendo saúde, mas também salvando vidas e prevenindo enfermidades. Os medicamentos são considerados uma poderosa ferramenta para a promoção de saúde, porém tem sido comprovado o impacto negativo da automedicação, causada especialmente pelo fato de seu fácil acesso.

A prática da automedicação vem sendo cada vez mais comum, sendo a utilização de fármacos sem prescrição médica, e deve ser observado com muita cautela e com o auxílio de profissionais da área da saúde, que devem agir e agregar para o combate e controle da automedicação na população, buscando sempre orientações sobre os reais riscos que o uso indiscriminado de medicamentos pode causar.

Com isso, é sabido que a automedicação é um assunto com bastante relevância, que precisa ser tratado e estudado com frequência, devido ao fato de o aumento nos problemas de saúde pública ao longo do tempo estarem bastante relacionados a esse fator, por se tornar uma prática cada vez mais comum pela população.

É por tudo isto que a orientação farmacêutica é de extrema importância para inibir a prática da automedicação pelos indivíduos, sendo que através dessa orientação, os pacientes terão o auxílio de um profissional qualificado, que tem um vasto conhecimento no uso de fármacos, indicando de forma correta de como ingeri-los com segurança.

REFERÊNCIAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Farmacovigilância: conceitos de farmacovigilância**, Brasília: Anvisa, 2007.

AUTOMEDICAÇÃO é responsável pela morte de 20 mil pessoas por ano no Brasil. **CORREIO BRAZILIENSE**. 27 set. 2010. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2010/09/27/interna_ciencia_saude,215080/automedicacao-e-responsavel-pela-morte-de-20-mil-pessoas-por-ano-no-brasil.shtml. Acesso em: 30 abr. 2024.

CARVALHO, D. C. *et al.* Drug utilization among children aged zero to six enrolled in day care centers of Tubarão, Santa Catarina, Brazil. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 26, n. 3, p. 238-44, 2008.

CASTRO, C. G. S. O. (Coord). **Estudos de utilização de medicamentos: noções básicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

CAVALHEIRO, A. H.; UNGARI, A. Q. Análise da automedicação no cenário da covid19: uma revisão sistemática rápida. **Revista Qualidade HC**. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto: USP, 2020. Disponível em: <https://www.hcrp.usp.br/revistaqualidadehc/edicao/selecionada.aspx?Edicao=11>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CLAVERO, V, F,G. **Orientações aos pacientes no uso correto dos medicamentos prescritos: um dever dos profissionais de saúde**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família). UFMG, Sete Lagoas, 2016.

CRUZ, P. S.; CARAMONA, M.; GUERREIRO, M. P. Uma reflexão sobre a automedicação e medicamentos não sujeitos a receita médica em Portugal. **Rev. Port. Farmacoter.**, v. 7, p. 83-90, 2015.

DHAMER, T. *et al.* A automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde em uma universidade privada do estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, v. 2, n. 4, p. 138- 140, 2012.

ENEFAR. Executiva Nacional dos Estudantes de Farmácia. **Campanha 5 de maio pelo uso correto de medicamentos**. Curitiba-PR, 2013.

FEITOSA, F. P. J. **O Papel do Farmacêutico no Controle do Uso Racional de Antibióticos**. Monografia (Curso de Especialização em Ciências farmacêuticas) – Escola de Saúde Pública do Ceará, Crato, 2006.

FONSECA, M. R. I. F. *et al.* Frequência de automedicação entre acadêmicos de faculdade de medicina. **Diagn Tratamento**; Vol 15, 2010.

INFARMED. **Vendas de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica fora das farmácias** - MNSRM, 2010.

JUNQUEIRA, D. R. G. *et al.* Farmacovigilância da heparina no Brasil. **Rev. Assoc. Med. Bras.** [online]. vol. 57, n.3, p. 328-332. 2011.

MATOS, J. F. *et al.* Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cad saúde colet.**, Jan-Mar, 2018.

MELO, D. O; RIBEIRO, E.; STORPISTIS, S. A importância e a história dos estudos de utilização de medicamentos. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, vol. 42, n. 4, out./dez., 2006.

MORAES, D. C. *et al.* Automedicação praticada por acadêmicos do curso de graduação em enfermagem do Centro Universitário de Gurupi, Tocantins. **Rev. UnirG**, v. 7, n. 2, mai./ago., 2015.

NASCIMENTO, J. P.; VALDÃO, G. B. M. Automedicação: educação para prevenção. **Anais Eletrônicos** da I CIEGESI/ I Encontro Científico doPNAP/UEG, 2012.

NÓBREGA, H. O. S. *et al.* Intoxicações por Medicamentos: Uma Revisão Sistemática com Abordagem nas Síndromes Tóxicas. **Revista Saúde e Ciência**, Campina Grande, v. 4, n. 2, p.109-119, 2015.

NUNES, G. M. **A automedicação e o papel do farmacêutico**: uma revisão integrada. 2015. Monografia (Bacharelado em Farmácia) - Departamento de Farmácia, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2015.

SÁ, B. M.; BARROS, C. A. J.; SÁ, O. B. P. M. Automedicação em idosos na cidade de Salgueiro – PE. **Rev. Bras. Epidemiol.** Vol 10, 2007.

SANTOS, S. T. S.; ALBUQUERQUE, N. L.; GUEDES, J. P. M. Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição (MIPs) no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, e42211730493, 2022.

SILVA, D. D.; PRADO, L. E. As dificuldades do profissional farmacêutico para implantação da atenção farmacêutica e da farmacovigilância nas farmácias hospitalares e comunitárias. Curso de Farmácia Universidade Metodista de Piracicaba. **Jornal Infarma**, v.16, n. p.11-12, 2004.

SILVA, L. P. A. Riscos da automedicação: uma breve revisão bibliográfica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n. 12, 2021.

SOARES, M. A. **Medicamentos não prescritos** – Aconselhamento farmacêutico. Lisboa: Ed. Farmácia Portuguesa, 2002.

SOUSA, L. A. O. *et al.* Prevalência e características dos eventos adversos a medicamentos no Brasil. **Caderno de saúde pública**, Fortaleza 2017.

THOMPSON, J. E.; DAVIDOW, L. W. **A prática farmacêutica na manipulação de medicamentos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

VINHOLES, E. R.; ALANO, G. M.; GALATO, D. A percepção da comunidade sobre a atuação do Serviço de Atenção Farmacêutica em ações de educação em saúde relacionadas à promoção do uso racional de medicamentos. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 293–303, abr. 2009.

VOSGERAU, M. Z. S. *et al.* Consumo de medicamentos entre adultos na área de abrangência de uma unidade saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**; 16 (Supl. 1):3129-38, 2011.